



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

ENTRE A MEMÓRIA E A RETERRITORIALIZAÇÃO: IMPACTOS SOCIOESPACIAIS DA
CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS

Maria Anezilany Gomes do Nascimento (UECE) - lananascimento@yahoo.com.br
Geógrafa, Mestre em Geografia, Professora do Curso de Geografia da UECE/FAFIDAM

Cícero Nilton Moreira da Silva (UERN) - ciceronilton@yahoo.com.br
Geógrafo, Mestre em Geografia, Professor do Curso de Geografia da UERN/CAMEAM

Entre a Memória e a Reterritorialização: impactos socioespaciais da construção de barragens

Resumo

Este trabalho objetiva discutir os processos de reterritorialização e de construção do lugar, mediante o contexto da Barragem Castanhão, construída no Médio Vale do rio Jaguaribe, Ceará, e da transferência compulsória dos moradores de Jaguaribara (CE) para uma nova sede, a Nova Jaguaribara (CE). A reorganização da vida das comunidades atingidas tornou-se uma necessidade gerada por decisões das quais elas não participaram, por fatores exógenos à sua vida cotidiana. A transferência envolveu uma série de fatores, desde aqueles relativos à sustentabilidade socioeconômica da vida desses moradores em um novo espaço até a reconstrução do seu lugar, abrangendo questões de identidade territorial, percepções, valores e práticas culturais. Envolveu diversos níveis e escalas: desde o espaço doméstico (a casa, o quintal, a roça, que passa a não existir) ao exterior (a rua, as relações inter-regionais com os novos municípios vizinhos). Decorridos dez anos desde o reassentamento dos moradores para a nova sede ou para os projetos de assentamento, registra-se que permanece vívido o descompasso entre o ideário desenvolvimentista presente nos projetos dessas obras – Castanhão e Nova Jaguaribara – e a reorganização na vida dos moradores.

Entre a Memória e a Reterritorialização:

impactos socioespaciais da construção de barragens

Introdução

O ideário desenvolvimentista que fundamenta historicamente as políticas de planejamento no estado do Ceará, desde meados da década de 1980, teve como corolário de suas ações um conjunto de metas cujo objetivo motriz era apresentar à sociedade uma perspectiva de mudanças, marcada sobretudo pelo discurso que durante anos acompanhou esse projeto político (*slogan* “Governo das Mudanças”). Essas metas se materializam por meio de programas fortemente centrados nos eixos *turismo, indústria, agronegócio e infraestrutura*.

Sem o intuito de aprofundar a amplitude que envolve a discussão, este texto enfocará os reflexos dos projetos de engenharia e infraestrutura ligados a esta lógica desenvolvimentista, mais especificamente, os impactos decorrentes dos projetos e obras de planejamento urbano e territorial, calcados em processos de desterritorialização e deslocamento compulsório.

Neste esforço de compreensão, abordar-se-á a problemática da Barragem Castanhão, construída no Médio Vale do rio Jaguaribe, Ceará, cujo projeto abrange o reassentamento da população do município de Jaguaribara.

Em tempos de uma racionalidade voltada à reprodução ampliada do capital e à imposição da lógica instrumental à lógica cultural, observa-se, como resultado do padrão hegemônico de desenvolvimento, os processos de desenraizamento e desculturização, bem como o acirramento da crise de valores e da relação humanidade-natureza.

A dinâmica territorial do mundo contemporâneo perpassa diversas escalas geográficas e a mobilidade tornou-se praticamente uma regra, como nos lembra Milton Santos (1996) sobre a aceleração do tempo histórico, tempo em que, segundo ele, o movimento se sobrepõe ao repouso. Associam-se a tal realidade, constantes deslocamentos, sobretudo nos grandes centros urbanos, espaços das grandes obras, povoados pelos não-lugares e pela fluidez das relações.

Essa dinâmica, entretanto, não é apenas privilégio dos espaços de complexa urbanização. Quando se apropriam dos espaços rurais, gerando também deslocamentos em massa, as grandes obras, como é o caso de barragens, mudam radicalmente, ou seja, desde a raiz, a vida da população das áreas onde se instalam. O deslocamento compulsório e o reassentamento de comunidades ribeirinhas é uma realidade resultante da construção de objetos técnicos do porte das grandes barragens.

Este trabalho objetiva discutir os processos de reterritorialização e de construção do lugar, mediante o contexto da transferência compulsória dos moradores de Jaguaribara (CE) para uma nova sede, a Nova Jaguaribara (CE), localizada a 55 km do antigo distrito-sede e a 225,10 km de Fortaleza. A área da barragem abarca territórios dos municípios de Alto Santo, Jaguaretama, Jaguaribe e dois terços da antiga Jaguaribara, o que tornou necessária a submersão desta última cidade para a execução do projeto.

A reorganização da vida das comunidades atingidas tornou-se uma necessidade gerada por decisões das quais elas não participaram, por fatores exógenos à sua vida cotidiana. A transferência envolveu uma série de fatores, desde aqueles relativos à sustentabilidade socioeconômica da vida desses moradores em um novo espaço até a reconstrução do seu lugar, abrangendo questões de identidade territorial, percepções, valores e práticas culturais. Envolveu diversos níveis e escalas: desde o espaço doméstico (a casa, o quintal, a roça, que passa a não existir) ao exterior (a rua, as relações inter-regionais com os novos municípios vizinhos).

De acordo com o Plano de Estruturação Urbana da Nova Jaguaribara, importante instrumento de legislação, planejamento e gestão da Política Urbana Municipal, a proximidade dos moradores com o rio Jaguaribe não se perderia mediante a organização do novo sítio urbano. “Este estreito relacionamento não poderia deixar de ser considerado. Aproximar a população do rio, porém de forma segura, passou a ser um condicionante fundamental”. (Plano de Estruturação Urbana de Jaguaribara, 2001). Porém, o que se percebe é que as principais estratégias de sobrevivência, as quais se davam em torno do binômio solo e água, sobretudo para as comunidades rurais, tornaram-se inviáveis ao extremo para esses moradores.

Cabe destacar, neste sentido, que o Projeto Nova Jaguaribara incluía, além da construção de casas para 815 famílias cadastradas como moradores da antiga sede, o reassentamento de moradores das comunidades rurais para projetos de irrigação, destinados à fruticultura e piscicultura, atividades consideradas importantes potencialidades econômicas a partir da construção do Castanhão. Dentre os fatores favoráveis à obra, destacavam-se o abastecimento do município de Fortaleza, bem como a irrigação das terras da Chapada do Apodi (CE), sob o discurso do acesso à terra e à produção para o pequeno produtor.

Aos moradores de áreas rurais reassentados em projetos de piscicultura foram asseguradas a manutenção das atividades produtivas, das antigas formas de trabalho, todavia, algumas assentadas aguardam desde o ano de 2001 os investimentos que viabilizem a produção nos Projetos de reassentamento. Alguns canais de irrigação construídos para levar água da represa até os loteamentos estão vazios e abandonados. Ironicamente, alguns desses loteamentos foram implantados ao lado do Canal da

Integração, importante obra hidráulica que liga o Castanhão à Região Metropolitana de Fortaleza, mas os moradores não têm permissão de acesso ao uso dessas águas, tesouro inacessível aos sertanejos que moram e plantam nas vizinhanças.

No que concerne à nova lógica urbana empreendida na construção da nova sede, registrou-se que esta condicionou novas práticas, sentidos de orientação, trajetos e uma mudança na percepção do tempo social, correspondente diretamente à *espaciosidade* e *amplidão* que compõem o novo desenho urbano.

Notavelmente mais urbanizada do que a anterior, a nova sede urbana materializa-se na ordem geométrica de uma cidade planejada, o que gerou estranheza, no período de adaptação, sobretudo devido à variável distância. A perda do domínio casa-quintal e roça-pasto, bem como a mudança para vias mais largas e para uma distância mensurada rigidamente entre uma habitação e outra, encaminharam novos hábitos nos modos de vida. A malha urbana retangular, mantendo a lógica-padrão das quadras e lotes, é definida por um sistema viário (ciclovias, ruas largas e retilíneas, canteiros e logradouros) que se sobrepõe ao espaço antropométrico, embora seja incompatível com a realidade vivida daqueles moradores.

Entretanto, a adaptação, contestação e rejeição à ordem do planejado se materializou na construção de outras espacialidades, características do vivido. Assim, a reapropriação espacial se inscreveu ao longo dos tempos, na mudança das fachadas estandardizadas, características de loteamentos habitacionais, nas ampliações e mudanças nos cômodos, até mesmo nas construções irregulares, infringindo as normas da legislação urbanística municipal.

O processo de desterritorialização divide Jaguaribara em duas partes:

- a) Uma cidade ficou sob as águas do açude do Castanhão. O jaguaribarense a chama de Velha Jaguaribara. Está registrada na memória dos moradores que viveram na cidade submersa.
- b) a segunda foi construída a montante. É a Nova Jaguaribara.

Jaguaribara: memória e espaço vivido

A trilha que leva à Nova Jaguaribara perpassa um lugar em cuja história e geografia se inscreveram os fluxos, os sons, o cotidiano, as formas e as texturas que deram sentido à vida do jaguaribarense. Esse lugar é a Velha Jaguaribara.

Jaguaribara, 227 km ao sul de Fortaleza, situava-se no Médio Jaguaribe, na margem esquerda do Rio, entre as coordenadas geográficas aproximadas 5° 10' e 5° 45' Sul e 38° 45' Oeste. Tinha uma área de 731 km². Tinha um único distrito, Poço Comprido, antes localizado a 18km da Velha Jaguaribara e hoje incorporado à malha urbana da Nova Jaguaribara.

O Município sobrevivia da pesca no Rio Jaguaribe, que passava dentro do antigo distrito sede. Para quem entrava de carro na cidade pela rodovia, o Jaguaribe era o último elemento da rota. A agricultura de subsistência era a outra estratégia de sobrevivência local (Cif. IBGE: 1996). Nas terras úmidas das margens do Rio, a agricultura tradicional de milho, arroz e feijão eram os produtos do Município. Havia também os pequenos e médios criadores de gado bovino.

Apresentava números pouco expressivos na formação da receita do Ceará. Em 1997, eram 12 pequenas indústrias e 115 pontos comerciais. A receita do Município era de R\$ 2.551.801 (dois milhões quinhentos e cinqüenta e um mil e oitocentos e um reais) e a arrecadada pelo estado era de R\$39.871,79 (trinta e nove mil oitocentos e setenta e um reais).

O anúncio da construção da Barragem foi feito em 1995. Em 1998, quando a remoção dos moradores do distrito-sede de Jaguaribara pela construção da Barragem do Castanhão já estava decidida, houve redução no número de estabelecimentos comerciais. Ficam seis pequenas e microindústrias e 106 pontos comerciais. Os moradores se concentravam num conjunto urbano compacto.

Muitos jaguaribarenses resistiram à construção da barragem tal como estava projetada. O movimento *Não ao Castanhão* foi criado em 1985, ano do primeiro anúncio da construção da barragem. Ambientalistas que se opunham à realização da obra apoiaram os moradores respaldados nos seguintes aspectos técnicos:

- o Rio Jaguaribe estava perenizado pelo Açude de Orós, com uma vazão de 12 m³/s, a mesma prevista pelo projeto do Castanhão;
- haveria a salinização dos solos do Baixo Jaguaribe;
- a evaporação anual, no Castanhão, seria de 6.800.000.000 m³/ano;

A proposta dos resistentes era a construção de três barragens menores e a permanência do distrito sede de Jaguaribara onde ele estava. O Estado não acatou a proposta de construção das três barragens pequenas, mas baixou a cota da nova barragem de 100m para 65m. A obra foi iniciada em 1995 e, por falta de recursos, paralisada quatro vezes.

No mesmo ano de 1995 foi anunciada oficialmente a transferência da Velha Jaguaribara para a nova sede.

Casa da Memória: cofre de objetos biográficos

A necessidade de mudar foi um divisor de águas na história dos jaguaribarenses. O medo, a falta, a mudança eram acompanhadas pelo desejo de manter um elo de tempo e espaços perdidos. Essa perspectiva de perda do território concreto levou à criação da Casa da Memória, fundada em 1998 com o apoio do Instituto de Memória do Povo Cearense, IMOPEC.

A Casa testemunha não é lembrança contemplativa em Nova Jaguaribara. É uma recordação que “nos parecerá algo semelhante ao sonho, ao devaneio, tanto contrasta com nossa vida ativa”. (BOSI, 2001, p. 408) Dessas recordações, os sujeitos da narração geralmente são os mais velhos, memorialistas dos conflitos e celebrações mais antigas. Os objetos e histórias de luta dos vencidos se opõem a história oficial. “Meu pai lutou até a morte, ao lado de Cícero Flor e Anísio Barreto”. (Raimunda Freitas, 52 anos, filha de Vicente Alves Freitas, sobre a luta contra o Castanhão).

Trata-se de uma memória voltada para a ação, uma memória militante, inconformada, que narra a história construída antes do Castanhão.

Depois de todas as visitas que fizemos às barragens que cobriam as cidades, nenhuma se preocupou tanto assim com a questão da cultura. Essa era assim uma questão vaga nas outras barragens. (...) Nós começamos a juntar peças dos moradores, o que podia representar cada morador. Em 21 de agosto de 1998, a Casa já estava pronta para inauguração... (Jeso Carneiro, 41 anos, um dos fundadores da Casa).

Os Objetos Biográficos (cif. Viollete Morin *apud* Bosi, 1994, p. 441) incorporaram-se à vida de seus possuidores e envelheceram com eles. Alguns atravessaram gerações até que foram doados à Casa. É o caso do banco de madeira de seu Amarílio Félix, com idade estimada em mais de 150 anos.

O banco, pelo que eu sei, foi de meu bisavô. Aí, passou pra meu avô. De meu avô, ficou para os filhos e dos filhos, ficou para os netos. Em 1941, meu primo, o finado Zé, que tinha ficado com aquele banco, disse que ia vender. Eu disse: ‘não, o banco de *paizim*, se você vindo vender, eu compro’. Comprei por vinte mil réis” (Amarílio Félix, 75 anos, em trecho do documentário Jaguaribara: Pelos caminhos da memória, IMOPEC/Instituto Nosso Chão, 2001, VHS, 25 min).

Quanto mais voltados ao uso do cotidiano fossem tais objetos, com sua individualidade e riqueza de significado, mais forte o elo com o passado. A Casa da

Memória guarda o chapéu e a roupa que o pai da jaguaribarense Adeci Barreto usava na hora da morte. Para ela, lá é mais seguro. Lá, ficará o que ela deseja lembrar: um pilão, um moinho da mãe dela, um ferro da vovó... (Adeci Barreto, 52 anos).

A Casa foi transferida para a nova planta urbanística em 2000, quando se iniciou a mudança dos jaguaribarenses.

Nova Jaguaribara: “nasce” uma nova cidade

Em 2001 foi inaugurada a nova Jaguaribara, a 55 km do antigo distrito-sede. Uma nova ponte sobre o Rio Jaguaribe dá acesso aos moradores da cidade que chegam pela estrada federal BR-116. O Município passa a ter os seguintes limites: no Norte, o município de Morada Nova; Leste, Alto Santo e Iracema; Sul, Jaguaribe e a Oeste, Jaguaretama. A área é de 595,60 km² e a população residente de 8730 habitantes. (IBGE, 2000). Em 1991, era de 7718 habitantes.

A homilia da missa de inauguração da cidade, realizada em 25 de setembro de 2001, reafirmou o que o discurso difundido pelo Estado: “uma cidade construída pela coletividade, pelo comum acordo e que seria a morada provisória até a chegada à Terra Prometida”. A barragem Padre Cícero, nome oficial do Castanhão, foi inaugurada ainda incompleta (98%) em dezembro de 2002. Informativos distribuídos pelos moradores durante a solenidade denunciavam: 367 famílias aguardavam assentamento (O Povo, Fortaleza, 24 dez 2002). Novas reivindicações foram feitas durante as chuvas de fevereiro de 2004. As famílias da zona rural têm direito aos projetos de irrigação assegurados pelo governo estadual, dentre os quais, alguns permanecem apenas como discurso.

A Secretaria de Turismo e Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Jaguaribara informa que 815 famílias foram cadastradas para o processo de permuta da casa antiga pelos 3 modelos das novas residências. As trocas são assim: casas de 50 m² em lote de 360 m² para os moradores que tivessem uma casa de taipa ou uma casa de alvenaria até 50 m²; casas de 75 m² em lotes de 360 m² para os moradores que tivessem uma casa entre 51 m² e 75 m²; casas de 100 m² em lotes de 540 m² para aqueles que tivessem uma casa entre 76 m² e 100 m²; casas de 125 m² em lotes de 540 m² para os que tivessem uma casa entre 101 m² e 125 m²; casas de 150 m² em lotes de 720 m² para os que tivessem uma casa maior que 125 m².

As famílias da zona rural foram indenizadas pelo valor do terreno e benfeitorias. Diante do limite de indenização, o governo criou uma norma especial que assegurava o pagamento de R\$ 11.800 aos moradores da zona rural e o apoio a essas famílias, que

poderiam se dirigir a um projeto de reassentamento. Para tanto, o governo estadual garantiu a construção de uma península chamada Curupati, uma área de aproximadamente 720 hectares onde se desenvolveria um projeto de piscicultura, em fase de licitação até o final de 2002 e com funcionamento restrito, na atualidade.

Do ano de 1985 até 2001, constituíram-se 16 anos de controvérsias, de resistência e negociação entre Estado e comunidade. Houve, nesse intervalo, um saldo populacional considerável, principalmente no que se refere às décadas de 1980 (8127 habitantes) e 1990 (7718 habitantes).

Os números disponibilizados pela Secretaria de Infra-estrutura do Estado do Ceará (SEINFRA) são referentes ao cadastro publicado pelo DNOCS após o levantamento imobiliário realizado em agosto de 2000. Segundo este cadastro, foram removidas 892 famílias para a sede urbana, correspondendo ao número de 3651 pessoas.

Na concepção urbanística da nova cidade, lotes amplos em torno dos principais equipamentos urbanos, uma configuração espacial bem diferente do conjunto urbano compacto na cidade antiga. Todavia, a realocação dos moradores seguiu a ordem do desenho urbano anterior no que se refere à entrada principal da cidade. A ocupação se deu a partir das quadras localizadas na confluência com a BR-116, em direção ao Hospital Municipal.

A melhoria significativa nos serviços urbanos de comunicação; abastecimento de água; sistemas de coleta e tratamento de esgoto e eletrificação ganham, no discurso do governo, um caráter de melhoria no padrão de vida, por serem serviços antes indisponíveis aos moradores.

Aos equipamentos de uso institucional existentes na Velha Jaguaribara, foram acrescidos: um Centro Vocacional Tecnológico (CVT); um fórum; uma estação de captação e tratamento d'água e uma estação de tratamento de esgotos; um aterro sanitário; uma pista de pouso; um parque de vaquejada e um terminal rodoviário.

Deve-se ressaltar que a existência do terminal rodoviário não tem garantido um eficiente sistema de transporte interurbano no Município. Se antes havia uma regularidade no transporte de passageiros para a capital e cidades vizinhas, observa-se atualmente uma ineficácia desse setor. Há apenas um horário de saída dos ônibus interurbanos com destino a Fortaleza, diariamente. O terminal tem sido lugar de parada principalmente para transportes alternativos.

As unidades de vizinhança são definidas pelo sistema viário que faz a ligação interquadras, a partir das vias locais. Nos arruamentos preenchidos pelas quadras não há casas geminadas, à exceção daquelas de mutirão e do Projeto Habitar Brasil. Há espaços

de extensão notável entre uma e outra habitação. Diante de alguns depoimentos, é a casa — lugar do abrigo, do refúgio, do confinamento — também lugar de maior estranheza.

A ruptura do mapa afetivo se materializa no campo interior e exterior à casa, uma vez que a reconstrução do imaginário urbano na cidade planejada passa por perdas nas relações de vizinhança, quebras nas proximidades físicas entre os moradores. Passa ainda pela adaptação aos novos equipamentos; à nova infra-estrutura construída, com mais serviços e equipamentos do que eram oferecidos na cidade a ser submersa; passa também pela adaptação aos espaços reproduzidos, mencione-se a Paróquia da Santa Rosa de Lima e da Igreja São Vicente de Férrer, replicadas de acordo com a reivindicação da comunidade.

As relações de proximidade, importante suporte material na construção da memória e do patrimônio histórico, foram suplantadas, uma vez que nem todos os moradores mantiveram suas redes de vizinhança, agora condicionadas pelo desenho urbano. A imposição dessa arquitetura é mais perceptível entre os velhos, que em sua condição natural de retraimento são os que sofrem mais profundamente: as casas dos amigos ficam mais afastadas, as distâncias a percorrer mais longas.

Lá as casas eram conjugadas, todo mundo estava nas calçadas à noite. Aqui, as casas oferecem uma qualidade de vida melhor, mas distanciaram um pouco as pessoas e até a área [alpendre], que é uma coisa boa do ponto de vista da qualidade. A cidade em consequência disso ficou bem maior. Mas para o pessoal que se criou a vida inteira em cinco minutos cruzando a cidade inteira, de repente se vê num espaço onde para sair de casa, vamos dizer para as imediações aqui do hospital, anda-se dois quilômetros. (Irmã Bernadete, 61 anos)

Não há dúvidas de que a casa é o elemento-referência para o morador. Mas, das variáveis e elementos identificados nas entrevistas que deram sentido à realização dessa pesquisa, há de se dar ênfase a um, que, a despeito de constituir parte da pauta — o que condicionou o morador a falar sobre ele — foi previamente citado em todas as entrevistas: o Rio. Elemento, marco, referência, que mantém o jaguaribarense, ligado ao seu antigo espaço vivido.

Quer seja o pescador, a lavadeira, a aposentada, o comerciante, a agricultora, perguntas sobre a casa, a rua, o lazer, as estratégias de sobrevivência, sempre têm respostas relacionadas ao rio Jaguaribe que ficava “na soleira da porta”, tanto na sede, quanto em Poço Comprido, único distrito. O rio Jaguaribe, o mais importante recurso hídrico da região, nasce na serra da Joanhina, sertão dos Inhamuns e desemboca no Atlântico, no Município de Aracati. Seus afluentes no município de Jaguaribara são: Córrego do Peba, Córrego da Várzea, Riacho do Velame, Riacho do Junqueira, Riacho do Foveiro, Riacho do Mané Lopes e Rio do sangue.

A falta do Rio está diretamente ligada a uma importante variável identificada na pesquisa: a distância. “O rio era muito bom, pertinho. Era bem pertinho. Saiu. Passeou um pouco. Tava no rio. Achava muito bonito lá. Aqui eu ainda não vi o rio. Ainda não deu tempo eu chegar lá”. (Sebastião Negreiros, 75 anos).

Mais que um elemento da paisagem, acidente geográfico ou marco, o Rio era parte da identidade do morador ribeirinho, o “beiradeiro”. Mesmo para os moradores mais afastados das águas do Jaguaribe, o novo distrito-sede acaba a relação de proximidade entre a cidade e o rio e modifica as estratégias de lazer, o sentido de certos hábitos e de certos dias.

Ah, o banho no domingo, né? Era muito próximo, tinha aquela peixada na beira do rio, a gente sempre freqüentava sábado e domingo, aqui pra ir pra lá — porque o banho aqui é debaixo da ponte, tem ponte aqui — mas não é como lá, nunca é. Porque lá era pertinho, mesmo aquele que não tivesse um transporte, ia de pés, passava lá o dia todinho. Aqui pra ir é uns três quilômetros ou mais. (Gilson Bezerra, 50 anos).

Os moradores não discutem as melhorias do ponto de vista da engenharia social. Em alguns casos, a mudança significou a permuta da insegura e abalável casa de taipa do beirão do rio para uma residência de alvenaria. Entretanto, observa-se um descompasso entre as perspectivas de desenvolvimento econômico apresentadas nos projetos do Governo e a falta de possibilidades reais de reestruturação econômica.

O governo estadual havia negociado com a comunidade o incremento de novas atividades, possíveis fontes de divisas para o Município:

- I) a agricultura irrigada, projeto Curupati Irrigação, através da qual haveria capacidade de geração de diretos;
- II) Projeto Mandacaru de agricultura também irrigada que deve assentar 176 famílias;
- III) Novo Alagamar de Irrigação para 120 famílias;
- IV) dois projetos de agricultura de sequeiro: Barra 2 e Vila Mineiro;
- V) o Projeto Curupati Peixe, através de um programa de alevinagem “bem conduzido aliado à capacidade de reprodução no reservatório das espécies de peixe já existentes no rio Jaguaribe” (sic). O projeto conduziria a uma captura de cerca de 7700 t/ano no Castanhão. (Projeto Nova Jaguaribara, Secretaria de Desenvolvimento do Meio ambiente, Governo do Estado do Ceará, 1996).

A despeito das propostas, verificam-se atrasos reiterados no desenvolvimento de tais projetos. O programa de piscicultura, Curupati-Peixe, estava previsto para funcionar até o

final de 2002. As obras do Alagamar e Mandacaru, projetos de irrigação, foram iniciadas no final de 2001 e ainda não foram concluídas.

A lentidão na instalação de tais projetos reflete na dificuldade de adaptação à realidade posta, sentida especialmente pelos moradores que pertenciam à zona rural e não precisavam estar associados a projetos para garantir a auto-sustentação. Além disso, esses moradores, provenientes de uma realidade espacial agrícola, passam por outra dificuldade: pagar os serviços de água, esgoto e energia distribuídos sobre o território urbano.

E o impacto é maior porque uma pessoa que viveu a vida inteira numa liberdade criando seu gado numa zona rural, criando galinha, de repente, chega numa cidade com os murinhos baixos, com outra estrutura pagando cada gota de água dobrado, porque paga água e paga o esgoto, então isso tem provocado uma dificuldade de as pessoas se adaptarem e alguns até já foram embora, já existem casos de pessoas que se mudaram porque não se adaptaram ao novo modo de viver” (Bernadete Neves, 61 anos, religiosa da Congregação das Filhas de Coração Imaculado de Maria).

O depoimento indica que a distância entre a cidade e o Castanhão vem acompanhada de danos que dizem respeito às questões de autonomia do trabalhador e da trabalhadora e às redes de sociabilidade mantidas na principal forma de entretenimento para os jaguaribarenses.

Remanejar as famílias para projetos improdutivos significa lhes subtrair:

- a) a sobrevivência vinda da pesca e da produção nos solos férteis das vazantes.
- b) as possibilidades de trabalho e autonomia, uma vez que os projetos estão sem funcionamento; não há outras opções de trabalho na Nova Jaguaribara e muitos desses moradores não estão aptos para outra atividade senão a agricultura.
- c) o sentimento topofílico Tuan (1980), haja vista que a maioria é de pequenos agricultores, hábeis a trabalhar junto à terra. Seu apego ao lugar vem da experiência com a natureza; sua devoção à terra vem da segurança que ela proporciona e seu orgulho vem da habilidade da própria força física e da vontade em transformar o solo em terra produtiva.

Alguns pescadores deslocam-se até 50 km, distância entre a sede antiga e a nova, para pegar o peixe. Além deles e dos agricultores e agricultoras de vazante, um outro grupo foi diretamente atingido pela falta do rio: as lavadeiras. A transferência representa o desmonte de sua principal, senão única atividade de sobrevivência, tendo em vista a dificuldade em pagar a conta d'água, recurso antes disponível às margens do Rio e do Açude do Velame.

Das 24 lavadeiras de roupa pertencentes à Associação, 23 lavam a roupa em casa, desde que chegaram à Nova Jaguaribara, e só o conseguem porque o prefeito tem pagado

a conta de água. Apenas uma das lavadeiras vai a pé de sua casa no distrito-sede até o rio, realizando diariamente um percurso de aproximadamente 3 km e carregando de 5 a 20 kg de roupa.

Se antes, “era simplesmente abrir a porta do quintal e se estava no rio” (Irmã Bernadete), as atividades ou o lazer só são atualmente permitidos a quem tem carro ou moto. Para a maioria dos moradores, o Jaguaribe, de lugar torna-se lugar de passagem, embaixo da ponte pela qual atravessam quando viajam para outros municípios.

Nova Jaguaribara acabou com o arranjo produtivo que assegurava a sobrevivência das pessoas. Transformou construções simples e casas velhas em patrimônio histórico da arquitetura urbana, o que seria impensável se as pessoas não tivessem sido removidas pela barragem.

A pesquisa ainda mostrou que o Rio Jaguaribe, mesmo não fazendo parte do desenho das casas, ele fazia parte do desenho das moradias, dos lugares, da memória e história do lugar. No Jaguaribe não havia nenhuma casa de jaguaribarenses, mas nenhum jaguaribarense morava fora do Rio.

O rio Jaguaribe, fonte de renda, ícone da paisagem, lugar de refúgio, constituía parte da identidade do morador ribeirinho, beiradeiro. A relação de distância entre este marco geográfico e a nova sede consistiu na perda da autonomia do trabalho para os agricultores de vazante, pescadores, lavadeiras. O rio fica atualmente mais de 3 km distante dos moradores e essa nova localização pressupôs uma mudança abrupta nas estratégias de sobrevivência, de lazer, mudança de hábitos e de práticas socioespaciais.

Considerações Finais

Decorridos dez anos desde o reassentamento dos moradores para a nova sede ou para os projetos de assentamento, registra-se que permanece vívido o descompasso entre o ideário desenvolvimentista presente nos projetos dessas obras – Castanhão e Nova Jaguaribara – e a reorganização na vida dos moradores. As garantias de sustentabilidade econômica provenientes do Castanhão não se efetivaram para todos. Novos arranjos produtivos, como a piscicultura se dão de forma precária e restrita a uma pequena parcela e o acesso à água do Rio, através do canal da Integração, ainda é um sonho distante para os moradores dos projetos de assentamento.

Percebe-se ainda que as mudanças na geografia cotidiana, encaminhadas pelas novas práticas socioespaciais relacionadas às categorias mobilidade, espaciosidade, urbanização, contribuem para um constante mergulho à memória da antiga Jaguaribara.

Santos (1997) afirma que a palavra desterritorialização também significa “estranhamento” e “desculturização”. Os deslocamentos populacionais, forçados pela construção de barragens e usinas pressupõem rupturas profundas com territórios e com culturas. Sair do lugar de origem, onde se teceram relações pessoais e espaciais íntimas torna-se mais perverso quando essa mobilidade é forçada por fatores exógenos e alheios ao “migrante”.

Entre a história e a reconstrução da identidade e do lugar, pode-se dizer que o jaguaribarense vive um momento dual, entre a memória e a descoberta (Santos, 1997). E na perspectiva de uma vida melhor, do acesso à tão sonhada agricultura irrigada, designa-se o desejo de construir uma nova história, inscrita na geografia da Nova Jaguaribara.

Referências

BACHELARD, Gaston. **A Poética do espaço**. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano 2**: morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1997.

FERRARA, Lucrecia. **Um olhar periférico**: informação, linguagem, percepção ambiental. São Paulo: Edusp, 1999.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1999.

IPLANCE. **Anuário Estatístico do Ceará (1997)**. Fortaleza, 1999.

JAGUARIBARA. **Lei do Sistema Viário de Jaguaribara**. Prefeitura Municipal de Jaguaribara, 2001.

CEARÁ; JAGUARIBARA. **Legislação do plano de estruturação urbana da cidade de Jaguaribara**. Prefeitura Municipal de Jaguaribara, 2001.

O Povo. O Castanhão. Fortaleza, 24 dez 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

NASCIMENTO, Maria Anezilany Gomes do. **Nem parece o tempo em que vocês jogavam biriba na calçada**: o lugar em Nova Jaguaribara. Fortaleza, 2003. 144 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará – UECE.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar. São Paulo: Difel, 1983.

Documentos

Entrevista com Bernadete Neves, religiosa da Congregação das Filhas de Coração Imaculado de Maria e moradora de Jaguaribara (2002; 2003).

Entrevista com Sebastião Negreiros, marceneiro, morador de Jaguaribara (2003).

Entrevista com Gilson Bezerra, comerciante, morador de Jaguaribara (2003).

Entrevista com Rosângela Pinheiro, comerciante, moradora de Jaguaribara (2001, 2002, 2003).

Entrevista com José Ferreira, comerciante, morador de Jaguaribara (2003)

Entrevista com Heloísa Araújo, aposentada, moradora de Jaguaribara (2003).

Entrevista com Erivanda Gomes, estudante, moradora de Jaguaribara (2001, 2002, 2003).

Entrevista com Augusto Pessoa, comerciante, morador de Jaguaribara (2003).

Entrevista com Cícera Xavier, lavadeira, moradora de Jaguaribara (2003).

Entrevista com Jeso Carneiro, funcionário público, morador de Jaguaribara (2002, 2003).

Entrevista com Francisca da Silva, agricultora, moradora de Jaguaribara (2003).